

NA ASSEMBLÉIA:

O CARNAVAL DAS ESTADUALIZAÇÕES E A INDEFINIÇÃO SOBRE OS RECURSOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O REPASSE DO ICMS E A LDO

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) saiu da Comissão de Finanças sem tratar da questão do repasse de recursos do ICMS para as universidades públicas. Segundo o Relator, Dep. Joel Freire (PMDB), a questão não foi suficientemente esclarecida e será examinada em plenário, através de três emendas alternativas que propõem a fixação dos seguintes percentuais: (1) 8,4%; (2) no mínimo, 8,4%; (3) 10,5%.

Caso nenhuma das emendas seja aprovada, a questão ficará inteiramente a critério do Executivo.

ESTADUALIZAÇÃO DE LORENA

Foi pedido urgência para a votação da estadualização da Faculdade de Engenharia Química e dos Centros de Pesquisa em Tecnologia Industrial de Lorena. De acordo com projeto do Executivo, a Faculdade seria incorporada como uma unidade isolada do sistema estadual de ensino superior, e vinculada diretamente à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O GOVERNO FINANCIA LORENA

Apesar de declarar não dispor de recursos para melhorar a situação financeira das universidades públicas, desde o ano passado, o Governo financia a Faculdade de Lorena. Um novo repasse para esta instituição, atualmente em tramitação na Secretaria de Planejamento, monta a Cr\$ 220 milhões.

DEZENAS DE PROJETOS DE ESTADUALIZAÇÃO

O projeto de estadualização de Lorena, segundo consta, resulta de acordo, fechado durante as últimas eleições. Examinado em primeiro lugar, Lorena conta com os benefícios de uma troca de favores em torno de dezenas de projetos similares: você apoia a minha estadualização que eu apoio a sua.

A UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA

Entre as dezenas de projetos, encontra-se a criação de uma Universidade Estadual do Vale do Paraíba, a partir da incorporação da atual Universidade de Taubaté. Não se conhece nenhum estudo sobre o impacto de qualquer dessas incorporações sobre as finanças do estado e sobre o desenvolvimento do sistema estadual de ensino superior.

A POSIÇÃO DO CRUESP

Na Mensagem em que encaminha o projeto de estadualização de Lorena, em 19/02/91, o Governador Quéricia refere-se a uma "opinião favorável do Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo - CRUESP". A ADUNICAMP oficiou ao Presidente do CRUESP, Prof. Lobo - que já se manifestou, publicamente, contra as incorporações, solicitando esclarecimentos sobre esse parecer.

O NOSSO TRABALHO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

As seis entidades de servidores docentes e não docentes, da USP, UNESP e UNICAMP, organizam um rodízio na sede da Assembléia Legislativa, em São Paulo, para acompanhar as discussões dos projetos de incorporação e a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deverá ocorrer até o fim deste mês. Para que isso funcione, é preciso a sua participação.

O SEU SALÁRIO

Cálculos para salário MS-1	JAN	FEV	1 9 9 1 MAR	ABR	MAI *	JUN *	
Inflação - ICV DIEESE	24.43	19.4	9.99	7.93	8.93	9.00	
Reajuste do CRUESP	0.00	0.00	20.00	10.00	34.00	?	
Reajuste necessário para recuperar	JAN/89 NOV/90	104.95 45.65	144.75 73.93	124.33 59.42	120.09 56.41	77.11 25.35	92.27 35.85

* Estimativas

Este mês, o MS-1 receberá Cr\$ 242.035,00. Se recebesse o equivalente ao seu salário de janeiro de 1989, receberia Cr\$ 459.406,00.

REALIZADA ASSEMBLÉIA GERAL NA FCM

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA DA FCM

Os docentes da FCM/UNICAMP reunidos em Assembléia Geral em 11/06/91, CONSIDERANDO QUE:

1 - A indissociabilidade entre ensino/pesquisa/assistência é questão primordial para FCM. Daí decorre que as 3 atividades devem estar interligadas e vinculadas ao órgão máximo da FCM, a sua Congregação, cuja autonomia e soberania são fundamentais.

2 - Hipertrofiar uma destas 3 atividades ou transformá-la em hierarquicamente distinta das outras significa uma ruptura com os objetivos iniciais da FCM e de duas unidades assistenciais. A criação de uma comissão destinada a orientar e administrar a assistência, a comissão esta desvinculada da Congrega-

ção, porque hierarquicamente superior a ela, representa, concretamente, esta ruptura.

Relegar o ensino e a pesquisa a um plano secundário é inadmissível em uma Universidade.

3 - O caráter autoritário e centralizador da proposta da Reitoria transforma a FCM e seus departamentos em meras peças decorativas, o que, aliado à forma de proceder, caracteriza uma intervenção na FCM.

4 - Tratar esta situação como uma questão jurídica significa empobrecer, restringir as discussões, frente a um problema que claramente não se esgota no jurídico e menos ainda no frágil parecer da Procuradoria Geral da Universidade.

5 - Sentem-se dignamente representados pela Congregação da FCM, na reunião de 27/05.

DECIDEM:

1 - Repudiar a intervenção na FCM.

2 - Reafirmar a autonomia e soberania da FCM, apoiando totalmente o manifesto da Congregação ao magnífico Reitor, datado de 27/05/91.

3 - Não aceitar a criação do COPAS.

4 - Reiterar a importância de uma comissão hierarquicamente vinculada à FCM e sua Congregação.

5 - Manter, a todo custo, o diálogo e o debate sobre este assunto dentro da FCM com os órgãos superiores da Universidade.

UNIVERSIDADES FEDERAIS EM GREVE

Na reunião do Setor das Federais (ANDES-SN) dos dias 31 de maio e 1º de junho, 32 das 48 ADs presentes decidiram deflagrar uma greve nacional a partir do último dia 5 de junho.

Em outubro do ano passado, ANDES-SN e Fasubra encaminharam ao MEC propostas emergenciais de reestruturação da tabela salarial. Aprovada no MEC e na Secretaria de Administração, essa proposta foi bloqueada no Ministério da Economia. Ao mesmo tempo o governo ampliou a sua campanha contra as instituições federais de ensino superior, desrespeitando a Constituição e o regime Jurídico Único do servidor público e impedindo a tramitação normal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para viabilizar uma proposta de cunho privatizante.

A obstrução dos canais de negociação e o acelerado processo de deterioração do poder de compra dos salários e das condições de trabalho levaram os servidores das universidades federais à greve.

I CONGRESSO DE TRABALHADORES DA UNICAMP

Em atenção a pedido de vários professores, a ADUNICAMP informa que não participa da organização do I Congresso de Trabalhadores da UNICAMP, a ser realizado ainda este mês, e que tratará, entre outros temas, da formação de um sindicato de servidores da UNICAMP. A ADUNICAMP ainda não se definiu sobre a sua eventual transformação em sindicato, embora esta questão esteja entre suas preocupações a curto prazo. A ADUSP e a ADUNESP optaram pela filiação à ANDES, como seção sindical. A ADUNICAMP é filiada a ANDES como Associação de docentes.

INFORME JURÍDICO

Saiu a primeira liminar dos cruzados do grupo abaixo relacionado.

O juiz da 5ª Vara Federal da capital determinou a expedição dos ofícios (um para cada autor ou contrato) ao BACEN para que este desbloqueie o dinheiro. Em decorrência do grande congestionamento da Justiça Federal (milhares de ações sobre cruzados novos, casa própria, etc) isso pode demorar. O Departamento Jurídico, no entanto, está acelerando o mais possível o desbloqueio.

Adriana Parada D. Silveira/Wanderley Dias Silveira
Sergio S. Silva
Sírio Possenti
Valdemiro Carlos Sgarbieri

ELEIÇÕES PARA A ADUNICAMP

Novo prazo para inscrições:

Dia 21 de junho
sexta-feira, até as 16:00 horas.

Nova data para eleições:

Dias 2 e 3 de julho
terça e quarta-feira.

Após esses novos prazos, caso não apareçam candidaturas, a atual Diretoria passará a responder apenas pelo expediente.